

pública depois da conclusão com aproveitamento da parte curricular do curso (6 módulos do Seminário).

Regime de Integração

a) Relativo ao doutoramento em Motricidade Humana

Os estudantes que se inscreveram até 28 de Abril de 2010 poderão manter a área de especialidade em que se inscreveram. Terão creditação do Seminário sem nota e não têm diploma de estudos avançados, não lhes sendo aplicado o disposto no artigo 8.º n.º 6 do regulamento, no qual se estipula que os alunos só podem requerer a prova pública depois da conclusão com aproveitamento da parte curricular do respectivo curso de doutoramento.

Os estudantes que se inscreveram até 28 de Abril de 2010 e que pretendam ter o diploma de estudos avançados, terão que designar a especialidade na qual pretendem realizar o Curso, no âmbito das referenciadas no Despacho n.º 7501/2010 de 28 de Abril e efectuar a inscrição nos 6 módulos: 3 na especialidade e nas respectivas UC (Conferências, Estudos avançados, Métodos de investigação) e 3 noutras especialidades (Conferências, Estudos avançados, Métodos de investigação) ou em alternativa solicitar um processo de equivalência a esses módulos.

Os estudantes que se inscreveram depois de 28 de Abril de 2010, terão que designar a especialidade na qual pretendem realizar o seminário, no âmbito das referenciadas no Despacho n.º 7501/2010, de 28 de Abril.

b) Relativo ao doutoramento em Ciências da Educação

Os estudantes que se inscreveram até 10 de Janeiro de 2011 poderão manter a área de especialidade em que se inscreveram. Terão creditação do Seminário sem nota e não têm diploma de estudos avançados, não lhes sendo aplicado o disposto no artigo 8.º n.º 6 do regulamento, no qual se estipula que os alunos só podem requerer a prova pública depois da conclusão com aproveitamento da parte curricular do respectivo curso de doutoramento.

Os estudantes que se inscreveram até 10 de Janeiro de 2011, e que pretendam ter o diploma de estudos avançados, terão que designar a especialidade na qual pretendem realizar o Curso, no âmbito das referenciadas no Despacho n.º 616/2011, de 10 de Janeiro e efectuar a inscrição nos 6 módulos: 3 na especialidade e nas respectivas UC (Conferências, Estudos avançados, Métodos de investigação) e 3 noutras especialidades (Conferências, Estudos avançados, Métodos de investigação) ou em alternativa solicitar um processo de equivalência a esses módulos.

Os estudantes que se inscreveram depois de 10 de Janeiro de 2011, terão que designar a especialidade na qual pretendem realizar o seminário, no âmbito das referenciadas no Despacho n.º 616/2011, de 10 de Janeiro.

28 de Março de 2011. — O Secretário, *João Fernando Pires Mendes Jacinto*.

204520012

Edital n.º 340/2011

Concurso para 2 lugares de Professor Catedrático na área disciplinar de Pedagogia e Metodologias de Intervenção nas Actividades Motoras ou na área disciplinar Sociologia, Estudos Culturais e Gestão das Actividades Físicas e do Desporto da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Faz-se saber que, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação do presente Edital no *Diário da República*, está aberto concurso documental internacional para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de 2 vagas de Professor Catedrático, na área disciplinar de Pedagogia e Metodologias de Intervenção nas Actividades Motoras ou na área disciplinar Sociologia, Estudos Culturais e Gestão das Actividades Físicas e do Desporto da Faculdade de Motricidade do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto (abreviadamente designado ECDU), e mais legislação aplicável, designadamente do Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade Técnica de Lisboa (abreviadamente designado RGC da UTL), aprovado por despacho reitoral n.º 13071/2010 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 156, de 12 de Agosto de 2010.

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de Março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção:

“Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando

escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

Em conformidade com os artigos 37.º a 51.º do ECDU e demais legislação aplicável, e com disposto no artigo 9.º do RGC da UTL, observar-se-ão as seguintes disposições:

Despacho de autorização — Despacho de 21 de Março de 2011, do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Local de trabalho — Faculdade de Motricidade Humana, Estrada da Costa 1495-688 Cruz Quebrada, Portugal.

Requisitos de admissão

Os candidatos serão admitidos a concurso se cumprirem os seguintes requisitos:

a) Serem titulares do grau de doutor há mais de cinco anos e do título de agregado.

b) Possuírem domínio da língua portuguesa falada e escrita — os candidatos de nacionalidade estrangeira, excepto os dos Países de Expressão Oficial Portuguesa, deverão entregar diploma reconhecido oficialmente, comprovativo do domínio da escrita e da oralidade da Língua Portuguesa.

c) Instruírem a candidatura de acordo com o definido no Capítulo IX.

Requisitos à admissão em mérito absoluto

Serem detentores de um currículo científico e pedagógico e que se situe na área disciplinar a que são opositores.

CrITÉRIOS de selecção e seriação, respectiva ponderação e sistema de valoração final

O concurso para provimento de lugares de professor catedrático, destinam-se a averiguar a capacidade e o desempenho dos candidatos nos diferentes aspectos que, nos termos do artigo 4.º do ECDU, integram o conjunto das funções a desempenhar.

O método de selecção e seriação tem por base os elementos no n.º 6 do artigo 50.º do ECDU e do artigo 5.º do RGC da UTL e incide sobre as seguintes vertentes:

1 — Investigação (40%)

2 — Projecto de ensino e investigação (10%)

3 — Pedagogia e ensino (30%)

4 — Extensão universitária (20%). Inclui a divulgação Científica e Valorização Económica e Social do Conhecimento, que se designará neste concurso por Transferência de Conhecimento e a Gestão Universitária.

A avaliação curricular do mérito dos vários candidatos em cada uma destas vertentes tem em consideração a área disciplinar a que o candidato é opositor.

Na avaliação curricular do mérito dos candidatos cada membro do júri deve ter em conta as vertentes acima indicadas, cumprindo a ponderação a atribuir a cada um dos parâmetros (devidamente registados), que a seguir se discriminam:

1 — Investigação Científica 40% [Ponderação repartida pelos critérios de Publicações Científicas (0.50 para artigos em revistas indexadas (ISI) e livros ou capítulos de livros de editora internacional, 0.10 para restantes publicações) Projectos Científicos (0.25 para projectos com financiamento externo sujeitos a processo concursal, 0.05 (outros)), Reconhecimento pela comunidade científica internacional (0.1)]

a) Publicações científicas na área disciplinar a que se candidata: parâmetro que tem em conta os livros, capítulos de livros, artigos em revistas científicas e em actas de conferências internacionais em revistas com sistema de arbitragem de que o candidato foi autor ou co-autor, considerando:

A sua natureza;

O factor de impacto (ISI) tendo em consideração o posicionamento da revista no conjunto das revistas da mesma área disciplinar;

O número de citações;

A inovação;

A diversidade;

A multidisciplinaridade;

A colaboração internacional;

A importância das contribuições para o avanço do estado actual do conhecimento.

b) Coordenação e participação em projectos científicos e de dinamização da actividade científica tendo em conta:

A participação e coordenação de projectos científicos pelo candidato, sujeitos a concurso numa base competitiva e com avaliação externa, considerando a dimensão, a importância das contribuições, a inovação e a diversidade;

A capacidade de coordenação e liderança de equipas de investigação demonstrada pelo candidato;

A criação e reforço de meios laboratoriais (quando aplicável na área disciplinar do candidato) considerando a participação e coordenação de iniciativas que tenham resultado na criação ou reforço de infra-estruturas laboratoriais de natureza experimental e ou computacional de apoio à investigação.

c) Reconhecimento pela comunidade científica internacional parâmetro que tem em conta:

Prémios de sociedades científicas;
Actividades editoriais em revistas científicas;
Participação em corpos editoriais de revistas científicas;
Coordenação e participação em comissões de programa de eventos científicos;
Realização de palestras convidadas em reuniões científicas ou noutras universidades;
Participação como membro de sociedades científicas de admissão competitiva e outras distinções similares.

2 — Projecto de ensino e investigação 10 %

O candidato deverá ainda apresentar um projecto de desenvolvimento da área disciplinar a que se candidata indicando:

1 — A pertinência para o desenvolvimento do conhecimento na área disciplinar a que é opositor, das unidades curriculares da mesma ou de outras que se considere importante propor e para a FMH;

2 — Os antecedentes do candidato nessa área com base na produção pedagógica e científica;

3 — A criação ou reforço de infra-estruturas laboratoriais de natureza experimental e ou computacional e o seu impacto no desenvolvimento da área;

4 — A relevância para a formação dos estudantes.

5 — Os recursos necessários, a metodologia a adoptar e os resultados esperados de acordo com uma linha de tempo também expressa.

3 — Ensino 30 % (ponderação repartida pelos critérios de Conteúdos Pedagógicos (0.3) Actividade de Ensino (0.2), e Acompanhamento e Orientação de Alunos (Licenciatura e Mestrado 0.2; Doutoramento e Pós-Doutoramento 0.3)

i. Conteúdos pedagógicos: parâmetro que tem em conta as publicações, aplicações informáticas de âmbito pedagógico que o candidato realizou ou participou na realização, tendo em consideração a sua natureza e o seu impacto na comunidade nacional e internacional traduzido, por exemplo, na tiragem no caso das publicações e utilização restrita à FMH ou alargada a outras instituições de ensino superior para todos os itens mencionados.

ii. Actividade de ensino: parâmetro que tem em conta as várias unidades curriculares que o candidato coordenou e leccionou tendo em consideração a diversidade, a prática pedagógica e o universo dos alunos.

iii. Acompanhamento e orientação de estudantes: parâmetro que tem em conta a orientação de estudantes de pós-doutoramento, de doutoramento, de mestrado e de licenciatura, levando em linha de conta o número, a qualidade, o âmbito e o impacto científico/tecnológico das publicações, teses, dissertações e trabalhos finais de curso resultantes, distinguindo especialmente os trabalhos publicados, premiados e o reconhecimento internacional.

4 — Extensão universitária 20 %: (Transferência de Conhecimento e Gestão Universitária) Ponderação repartida pelos critérios de Prestação de serviços, consultoria e divulgação de ciência e tecnologia (0.40) e Gestão Universitária (0.60)).

i) Serviços à comunidade científica e à sociedade têm em conta:

A concepção, coordenação e ou participação em iniciativas de divulgação e promoção artística, científica e tecnológica junto das comunidades artística e científica, da comunicação social, das empresas e da sociedade em geral, tendo em consideração a sua natureza, o impacto profissional e social e os resultados alcançados.

Delineamento e coordenação de programas de intervenção comunitária com impacto social relevante para a melhoria da qualidade de vida e valorização social.

ii) Cargos directivos e em órgãos de Gestão:

Cargos em órgãos universitários: parâmetro que tem em consideração a natureza e a responsabilidade do cargo.

Cargos em unidades e coordenação de cursos: parâmetro que tem em conta o cargo, o universo de actuação e os resultados obtidos pelo docente no exercício de funções de gestão em departamentos e secções autónomas, unidades de investigação, coordenações de curso e coordenações de áreas disciplinares ou secções;

Outros cargos: parâmetro que tem em conta os cargos a que alude o artigo 73.º do Estatuto da Carreira Docente e Universitária (ECDU) e os cargos em organizações científicas nacionais e internacionais.

Cada membro do júri procede à avaliação do mérito dos candidatos relativamente a cada uma das vertentes em apreço e efectua a valoração e ordenação final dos candidatos da forma a seguir indicada:

a) Apuramento da classificação intermédia dos candidatos em cada vertente tendo em consideração o preenchimento da matriz relativa aos parâmetros de avaliação específicos expressos nos pontos V e VI e escalas de referência, devidamente justificadas;

b) Apuramento da classificação final dos candidatos por intermédio da combinação da classificação intermédia com a ponderação atribuída a cada vertente;

c) Construção de uma lista ordenada dos candidatos com base na qual participa na votação individual e justificada que conduz à ordenação final dos candidatos, nos termos do artigo 22.º do RGC da UTL.

Audições Públicas

O júri deliberará na primeira reunião sobre a realização de audições públicas para os candidatos aprovados em mérito absoluto que deverão ser realizadas no período entre 10 e 17 de Junho de 2011.

Apresentação de candidaturas

As candidaturas deverão ser entregues ou enviadas em papel e em suporte digital (CD ou DVD), na Divisão de Gestão dos Recursos Humanos da Faculdade de Motricidade Humana Estrada da Costa 1495-688 Cruz Quebrada Portugal.

Instrução da Candidatura

O processo de candidatura é instruído com os seguintes elementos:

a) Requerimento dirigido ao Presidente da Faculdade de Motricidade Humana, contendo identificação completa, residência ou endereço de contacto, endereço electrónico de contacto, número de telefone, profissão e área(s) disciplinar(es) a que é opositor;

b) Declaração, sob compromisso de honra, de que satisfaz os requisitos previstos na lei e no presente edital relativos à admissão do concurso;

c) Certificados ou cópia dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos de admissão fixados no capítulo III, designadamente, a certidão de doutoramento e a certidão de agregação, excepto para os casos correspondentes à obtenção do grau de doutor ou do título de agregado na faculdade de Motricidade Humana;

d) Três exemplares impressos do *curriculum vitae* do candidato, onde constem a área disciplinar a que é opositor as actividades de ensino, investigação, transferência de conhecimento e gestão universitária que sejam consideradas relevantes para o concurso.

e) Doze exemplares em suporte digital (CD ou DVD) contendo os seguintes documentos:

i) *Curriculum vitae* do candidato em formato electrónico (PDF), com indicação da área disciplinar a que é opositor e da actividade desenvolvida nos diferentes aspectos que, nos termos do artigo 4.º do ECDU, integram o conjunto de funções a desempenhar por um professor catedrático. Deve ter em consideração as vertentes e os parâmetros de avaliação constantes do capítulo V do presente edital que sejam considerados relevantes para a área disciplinar em que é aberto o concurso e estar estruturado de acordo com o modelo disponível na página electrónica da Faculdade;

ii) Versão electrónica (PDF) dos trabalhos mencionados no *curriculum vitae* apresentado e que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do júri.

iii) Versão electrónica (PDF) do projecto de ensino e investigação.

iv) Versão electrónica do ficheiro matriz (MS Excel) disponibilizado pela Faculdade de Motricidade Humana, preenchido de acordo com o expresso no ponto V deste edital.

No *curriculum vitae* em formato electrónico (pdf) devem ser assinados os dez trabalhos que o candidato considera mais representativos, nomeadamente no que respeita à sua contribuição para o desenvolvimento e evolução da área disciplinar a que é opositor.

As instruções e ficheiros de apoio para a apresentação da candidatura encontram-se disponíveis na página internet da Divisão de Gestão dos Recursos Humanos da Faculdade de Motricidade Humana Faculdade de Motricidade Humana, no endereço <http://www.fmh.utl.pt>

Idioma

Os documentos que instruem a candidatura devem ser apresentados em língua Portuguesa.

Constituição do Júri

O júri é constituído pelo Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, que preside, e pelos seguintes vogais:

Doutor António Teixeira Marques, Professor Catedrático da FA-DEUP;

Doutor Jorge Olímpio Bento, Professor Catedrático da FADEUP;
Doutor Miguel Videira Monteiro, Professor Catedrático da UTAD;
Doutor Rui Adelino Machado Gomes, Professor Catedrático da FCDEF-UC;

Doutor Rui Manuel Proença Campos Garcia, Professor Catedrático da FADEUP;

Doutora Ana Paula Paiva Barata de Almeida Batalha, Professora Catedrática da FMH-UTL;

Doutor Francisco Alberto Arruda Carreiro da Costa, Professor Catedrático da FMH-UTL;

Doutor Gustavo Manuel Vaz da Silva Pires, Professor Catedrático da FMH-UTL;

Doutora Maria Leonor Frazão Moniz Pereira da Silva, Professora Catedrática da FMH-UTL.

28 de Março de 2011. — O Presidente da FMH, *Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira Neto*.

204520167

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Aviso (extracto) n.º 8338/2011

Por despacho de 04 de Março de 2011 do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa:

Doutor Paulo Alexandre do Nascimento Castro Seixas, Professor Associado com agregação, em período experimental, em regime de dedicação exclusiva do mapa de pessoal docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na mesma categoria, decorrido o período experimental, com efeitos a 5 de Abril de 2011, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 245 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

Relatório final relativo à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em regime de *tenure*, do professor associado com agregação Doutor Paulo Alexandre do Nascimento Castro Seixas.

(artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto — ECDU)

Considerando que em face do parecer emitido e subscrito pelos Professores Catedráticos deste Instituto, Doutores Carlos Diogo Pereira Moreira e João Abreu de Faria Bilhim, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, em conjugação com os Despachos Reitorais n.º 23369/2009 de 12/10, e n.º 8022/2010 de 29/4, preenchidos os requisitos referidos no n.º 3 do artigo 19.º do ECDU, o Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, reunido em 21 de Fevereiro de 2011, aprovou, por unanimidade, e findo o período experimental, a contratação em funções públicas por tempo indeterminado em regime de *tenure*, na mesma categoria, o Doutor Paulo Alexandre do Nascimento Castro Seixas.

22 de Março de 2011. — O Presidente, Professor Catedrático *João Abreu de Faria Bilhim*.

204522038

Instituto Superior de Economia e Gestão

Despacho (extracto) n.º 5921/2011

Por despacho do Presidente do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, de 20/07/2010, proferido por delegação do Reitor da mesma Universidade de 12/11/2009, foi celebrado, na sequência de alteração da posição remuneratória, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado entre este Instituto e as Assistentes Técnicas, Maria Gabriela Monteiro Pereira e Elsa Cleópatra Arcanjo Rosa Brito para a 10.ª posição, nível 15 da respectiva categoria, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. (não carece de fiscalização prévia do T. C.).

29 de Março de 2011. — O Presidente, *Prof. Doutor João Luís Correia Duque*.

204521041

Instituto Superior Técnico

Despacho n.º 5922/2011

Designo, ao abrigo da alínea q) do n.º 4 do artigo 13.º dos Estatutos do Instituto Superior Técnico, o Professor Nuno João Neves Mamede como Coordenador da Licenciatura em Engenharia Informática e de Computadores — Taguspark.

17 de Dezembro de 2010. — O Presidente do Instituto Superior Técnico, *António Manuel da Cruz Serra*.

204523245

Despacho n.º 5923/2011

Por se ter verificado que, por lapso, não foi publicado em anexo ao meu Despacho n.º 5445/2011 (número 62 da 2.ª série do *Diário da República* de 29 de Março) a versão integral do regulamento geral de doutoramentos do IST, determino a republicação desse mesmo regulamento, na sua versão integral.

29 de Março de 2011. — O Presidente, *Prof. Doutor António Cruz Serra*.

Regulamento geral de doutoramentos do IST

(3.º ciclo de estudos superiores)

O novo Regulamento Geral dos Doutoramentos do IST resulta da adaptação da versão anterior, aprovada na reunião da Comissão Coordenadora do Conselho Científico de 6 de Dezembro de 2006 e ratificada em reunião Plenária do Conselho Directivo de 13 de Dezembro de 2006, aos novos Estatutos do IST e ao Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de Junho que originou a republicação do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março.

Simultaneamente, aproveitou-se a oportunidade para reforçar o papel do Coordenador e da Comissão Científica na gestão científico-pedagógica do ciclo de estudos. O Coordenador do ciclo de estudos, genericamente designado de Coordenador de curso, passa a ser obrigatoriamente um professor catedrático e a Comissão Científica do ciclo de estudos passa a ter uma composição alargada de modo a integrar professores ou investigadores doutorados que representem as áreas científicas do(s) departamento(s) ou estruturas transversais que participam no ciclo de estudos.

A par destas medidas flexibilizou-se a possibilidade das Coordenações Científicas de Curso poderem optar por incluir Comissões de Acompanhamento de Tese nos respectivos regulamentos específicos à semelhança do que já acontecia relativamente aos exames de qualificação.

As modificações efectuadas permitem potenciar as vantagens da experiência acumulada pelas Coordenações Científicas de Curso na procura das soluções de funcionamento e na elaboração dos regulamentos específicos que melhor sirvam os interesses dos respectivos ciclos de estudos.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Grau de Doutor

1 — O grau de doutor é conferido aos que demonstrem:

a) Capacidade de compreensão sistemática num domínio científico de estudo;

b) Competências, aptidões e métodos de investigação associados a um domínio científico;

c) Capacidade para conceber, projectar, adaptar e realizar uma investigação significativa respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas;

d) Ter realizado um conjunto significativo de trabalhos de investigação original que tenha contribuído para o alargamento das fronteiras do conhecimento, parte do qual mereça a divulgação internacional em publicações com comité de selecção;

e) Ser capazes de analisar criticamente, avaliar e sintetizar ideias novas e complexas;

f) Ser capazes de comunicar com os seus pares, a restante comunidade académica e a sociedade em geral sobre a área em que são especializados;

g) Ser capazes de, numa sociedade baseada no conhecimento, promover, em contexto académico ou profissional, o progresso tecnológico, social ou cultural.